



Relatório e Contas 2023

A Frente Cívica, fundada em 2016, é uma associação de defesa de causas de interesse público. Trabalhamos para identificar os problemas crónicos da sociedade portuguesa, denunciar os seus responsáveis, construir soluções e lutar pela sua implementação.

A 31 de Dezembro de 2023, a Frente Cívica tinha 328 associados activos.

Janeiro 2024

Nota do Conselho de Direcção

Portugal vive hoje um clima de crise democrática. À crise económica e social, tantas vezes invocada para descrever a realidade do país nas últimas duas décadas, soma-se uma crise das instituições políticas, cada vez mais incapazes de defender eficazmente o interesse público e promover o desenvolvimento económico e social de Portugal.

2023 foi o ano em que essa crise ficou bem visível, na queda de um Governo apoiado por uma maioria parlamentar estável, por causa de um caso de corrupção, no envolvimento do Presidente da República em suspeitas de favorecimento e tráfico de influências no acesso ao Serviço Nacional de Saúde – numa altura em que o próprio SNS atravessa problemas sérios de eficiência e capacidade de resposta aos portugueses – ou nos apelos de políticos e comentadores para a captura política do sistema judicial que, em vez de resolver os problemas crónicos da Justiça, só iria contribuir para agravá-los e institucionalizar a impunidade.

A degradação da qualidade da nossa democracia foi um alerta constante da Frente Cívica em 2023, que impulsionou o nosso trabalho, quer nas iniciativas que a Assembleia Geral sufragou no plano de actividades para o ano que findou, quer nas posições que tomámos ao longo do ano. A Frente Cívica tem sido uma voz de alerta para os problemas crónicos da sociedade portuguesa, com uma intervenção regular na comunicação social e no debate público. Esse inconformismo e essa exigência cívica, que têm sido a nossa força motriz, têm de continuar a animar o nosso trabalho no futuro próximo.

Hoje, mais do que nunca, todos fazemos falta.

O Conselho de Direcção

Actividades de 2023

Iniciativas

O plano de actividades da Frente Cívica para 2023, aprovado pela Assembleia Geral da associação, consagrou três grandes áreas de trabalho:

1) Liberdade de expressão

A litigância retaliatória contra jornalistas, activistas ou cidadãos é hoje uma forma de ataque à liberdade de expressão, em Portugal e noutras democracias. A coberto de queixas-crime ou processos cíveis por difamação, pessoas poderosas abusam do sistema judicial para amedrontar ou punir cidadãos por exercerem o seu legítimo direito à opinião e à crítica.

Ciente desta realidade, mais grave em Portugal do que noutros países, por causa da persistência da difamação como crime previsto no nosso Código Penal, a Frente Cívica elegeu a liberdade de expressão como uma questão central de defesa da democracia. Em Junho de 2023, [organizámos em Coimbra a Conferência "Cidadania, Liberdade de Expressão e Litigância Retaliatória"](#), em colaboração com o Instituto Jurídico e o Instituto de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Foi o primeiro grande evento público em Portugal a reunir académicos, activistas, jornalistas e juristas para discutir as limitações à liberdade e à qualidade da democracia colocadas pela litigância retaliatória.

Também em 2023, a Frente Cívica aderiu à [Coligação Europeia Anti-SLAPP](#) (Strategic Litigation Against Public Participation, que, em português, significa "Litigância Estratégica Contra a Participação Pública", ou "litigância retaliatória"). A partir desta rede europeia, acompanhámos o processo de criação de uma Directiva Anti-SLAPP na União Europeia. No final de Novembro de 2023 foi completado o processo legislativo europeu, com uma Directiva que estabelece mecanismos para proteger activistas e retirar dos tribunais litigância frívola, cujo único propósito é perseguir a liberdade de expressão. O próximo passo será garantir que os Estados-membros da UE transpõem a Directiva de forma competente e alargada, sem lacunas que enfraqueçam as protecções decididas pelo legislador europeu.

2) Nacionalidade

As suspeitas de venda de nacionalidade portuguesa, através de abusos à lei que permite a naturalização de descendentes dos judeus sefarditas expulsos pelo Rei D. Manuel no final do séc. XV, têm sido insistentemente denunciadas pela Frente Cívica, que desde 2021 tem colocado este tema no debate público. [Em Março de 2023, escrevemos ao Governo exigindo esclarecimentos rápidos](#) de um conjunto de processos de naturalização sob suspeita, incluindo o do oligarca russo Roman Abramovich.

Em Janeiro de 2022 foi anunciado um inquérito interno às suspeitas envolvendo funcionários do Instituto dos Registos e Notariado. Até hoje, não há qualquer desenvolvimento sobre essa averiguação interna do Governo. Ao mesmo tempo, decorre também uma investigação criminal, a cargo do Ministério Público.

A demora no esclarecimento da verdade tem suscitado a atenção da própria imprensa internacional, que se refere à chamada “lei dos sefarditas” como o “o novo El Dorado do passaporte português”. Desde 2022, a Frente Cívica escreveu diversas vezes ao Governo pedindo explicações pela demora no apuramento da verdade. A única resposta que recebemos limitou-se a indicar que está em curso uma averiguação interna, sem indicar qualquer prazo para a sua conclusão.

Entretanto, a exposição internacional de Portugal provocada por este caso, bem como o debate público gerado pela situação, levaram a uma alteração da lei. Já no início de Janeiro de 2024, o Parlamento aprovou alterações à lei da Nacionalidade que incluem mecanismos mais rigorosos para a naturalização de descendentes de sefarditas, limitando-se o papel das comunidades israelitas de Lisboa e do Porto na certificação da ascendência sefardita dos requerentes. A Frente Cívica continuará atenta à forma como a lei será aplicada; e intransigente a pedir urgência no esclarecimento dos passaportes já emitidos ao abrigo da lei.

3) Combate à Corrupção

O combate à corrupção e o reforço dos sistemas de boa conduta ética na política é uma actividade transversal da Frente Cívica. Esta foi a prioridade que motivou várias das nossas tomadas de posição em 2023 (listadas abaixo). Como tem sido hábito desde 2019 (com uma interrupção em 2020 provocada pela pandemia), também em 2023, [a Frente Cívica dinamizou as Comemorações do Dia Internacional Contra a Corrupção](#), a 9 de Dezembro. O evento de 2023, organizado em conjunto com a Transparência Internacional Portugal e a Associação dos Profissionais da Inspeção Tributária e Aduaneira (APIT) decorreu na Póvoa de Varzim. [Todas as intervenções estão integralmente disponíveis no canal de YouTube da Frente Cívica](#).

Tomadas de posição

Além destes eixos de trabalho previstos no Plano de Actividades da Frente Cívica para 2023, a associação tomou várias posições e iniciativas noutros temas de interesse público:

1- Conselho de Ética Pública

No início de Janeiro de 2023, na sequência da demissão do ministro Pedro Nuno Santos (hoje candidato a primeiro-ministro) e da secretária de Estado do Tesouro, Alexandra Reis, provocada pelo caso TAP, [a Frente Cívica escreveu ao primeiro-ministro António Costa](#) apelando à criação de um conselho independente de ética na vida pública, capaz de fazer o escrutínio de problemas éticos ou potenciais danos reputacionais dos detentores de cargos públicos. A carta nunca teve resposta. Em 2023, a sucessão de casos de falta de ética e o desgaste que provocaram no Governo acabou por determinar a demissão de António Costa e a convocação de eleições antecipadas.

2- Caso Rita Marques/World of Wine

Também em Janeiro, a Frente Cívica reagiu à notícia de que a antiga secretária de Estado do Turismo, Rita Marques, iria trabalhar para o empreendimento promotor do “World of Wine”, em Vila Nova de Gaia, ao qual havia atribuído o estatuto de utilidade turística. Essa passagem

para uma empresa privada alvo de benefícios públicos viola a lei que regula o exercício de cargos públicos. Por isso, [escrevemos ao ministro da Economia](#) apelando a que revogasse o despacho que havia concedido as vantagens e benefícios ao empreendimento que se propunha empregar a ex-governante. A carta não teve resposta mas, em resultado da pressão pública exercida, Rita Marques acabou por não assumir quaisquer funções no grupo promotor do “World of Wine”.

3- Protecção de denunciantes

No final de Janeiro, [a Frente Cívica decidiu apoiar uma Iniciativa Legislativa de Cidadãos](#) promovida pela Plataforma ProTejo, que propõe a alteração da lei de protecção de denunciantes para que inclua no conceito de “denunciante” não só trabalhadores e pessoas com relação profissional com as entidades denunciadas, mas também cidadãos e activistas, mesmo que não tenham um vínculo profissional às situações denunciadas. A definição de “denunciante” merecedor de protecção hoje consagrada na lei é demasiado restrita, deixando sem protecção muitos cidadãos que denunciam de boa-fé suspeitas de violação da lei. [A iniciativa legislativa ainda pode ser subscrita no site da Assembleia da República](#).

4- Justiça Fiscal das grandes concessões

Em Fevereiro, [organizámos no icónico Café Guarany, no Porto, a sessão pública “Grandes Concessões: benefícios privados, prejuízos públicos”](#), dedicada ao tema da justiça fiscal nas concessões públicas das barragens. O evento, que contou com representantes do Movimento Cultural da Terra de Miranda, expôs as situações de favor de que beneficiam alguns dos grandes interesses económicos em Portugal, com a cumplicidade do Estado. Justamente, no final de 2023 prescreveu a possibilidade de o Estado cobrar o IMI das barragens concessionadas a empresas privadas, como a EDP. A Frente Cívica continua atenta na denúncia destas iniquidades fiscais, que beneficiam os grandes grupos privados, em prejuízo do interesse público.

5- Caso Transtejo

Em Março, face a uma auditoria do Tribunal de Contas apontando potenciais ilegalidades graves no processo de compra dos novos navios eléctricos da Transtejo, [a Frente Cívica apresentou uma denúncia à Procuradoria Europeia](#). A empresa pública responsável por assegurar a travessia fluvial do Tejo em Lisboa comprou nove navios eléctricos sem as baterias necessárias para funcionarem. O facto de o negócio envolver financiamento europeu permite à Procuradoria Europeia, que tem mandato para investigar crimes que prejudiquem os interesses financeiros da União Europeia, fazer uma investigação autónoma aos factos. Enquanto denunciante, a Frente Cívica limitou-se a receber uma confirmação da recepção da nossa denúncia, não tendo tido mais notícia de desenvolvimentos das investigações.

6- Processo BES

Em Abril, face aos constantes atrasos do processo BES, [a Frente Cívica escreveu ao Presidente da República](#) pedindo a sua intervenção “no sentido de explicar aos portugueses as razões para a disfuncionalidade judicial particularmente acentuada neste caso concreto (suscitando para isso, se necessário, os esclarecimentos que entender junto das autoridades responsáveis), e a resolução dos sucessivos impasses que bloqueiam o funcionamento da Justiça”. As sucessivas demoras na tramitação deste processo são um retrato do funcionamento irregular das instituições, garantindo a impunidade dos poderosos. O Presidente da República não respondeu à carta da Frente Cívica. Ainda hoje, o julgamento do processo BES está por iniciar.

7- Crise no Governo

No início de Maio, o Presidente da República assumiu publicamente uma discordância com o primeiro-ministro quanto à demissão do ministro das Infra-estruturas, João Galamba, então envolvido num conjunto de incidentes no seu gabinete, que incluíram suspeitas de intervenção ilegal do Serviço de Informações e Segurança (SIS). Face à posição pública do Presidente da República, que apontava para uma degradação do prestígio das instituições, [a Frente Cívica escreveu ao Presidente da República apelando a que, em coerência com a sua posição, demitisse o Governo](#), convidando o Partido Socialista, com maioria absoluta no Parlamento, a apresentar um novo Governo. A carta da Frente Cívica não teve resposta, nem a sugestão foi acolhida em Maio. O Governo acabaria por se demitir em Novembro, na sequência de suspeitas de tráfico de influências envolvendo o chefe de gabinete do primeiro-ministro e o seu melhor amigo, no âmbito da Operação Influencer.

8- Caso Manuel Vicente

No final de Maio, face a notícias de que o Supremo Tribunal de Justiça tinha confirmado a condenação do ex-procurador Orlando Figueira a uma pena de seis anos e oito meses de prisão por corrupção, por ter arquivado indevidamente processos em que o ex-vice-Presidente de Angola Manuel Vicente era suspeito de branqueamento de capitais, [a Frente Cívica escreveu à Procuradora-Geral da República](#) apelando à reabertura dos processos que Orlando Figueira arquivou no âmbito do pacto corrupto que o condenou. “Dado que é implausível – mesmo improvável – que um cidadão angolano, ex-vice-Presidente do seu país, se expusesse a corromper um procurador da República de um Estado estrangeiro para arquivar inquéritos em que fosse inocente, parece haver dados mais do que suficientes para que as investigações ilegalmente arquivadas sejam reabertas e Manuel Vicente responsabilizado, nos termos da lei portuguesa”, escrevemos então. A nossa carta não teve resposta. Tanto quanto se sabe, as investigações aos eventuais crimes de Manuel Vicente nunca foram retomadas.

Sobre o mesmo caso, e a propósito da visita oficial do primeiro-ministro António Costa a Angola, em Junho de 2023, [a Frente Cívica pediu a António Costa](#) que trouxesse das autoridades angolanas garantias concretas de que iriam julgar Manuel Vicente pelos crimes de corrupção a Orlando Figueira. Recorde-se que Manuel Vicente foi acusado no mesmo processo – a “Operação Fizz” – que acabou com a condenação do ex-procurador. Mas as acusações a Manuel Vicente acabaram por não ser julgadas em Portugal, tendo essa parte do processo sido enviada para Angola ao abrigo dos acordos de cooperação judiciária existentes, para que o ex-vice-presidente angolano fosse julgado lá, o que nunca aconteceu. A lei prevê que, face à incapacidade do país em julgar um arguido, o processo possa retornar a Portugal para que o julgamento se concretize.

A nossa carta não teve resposta e, tanto quanto é público, nenhuma autoridade portuguesa levantou a questão do julgamento de Manuel Vicente junto das instituições angolanas. Assim, enquanto o corrompido, Orlando Figueira, foi já julgado e condenado, o alegado corruptor, Manuel Vicente, nunca foi sequer julgado.

9- Financiamento político

Em Julho, na sequência de buscas judiciais à sede do PSD e a casa do ex-líder do partido Rui Rio, [a Frente Cívica escreveu à Procuradora-Geral da República e à directora do Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa](#), incentivando o Ministério Público a alargar as investigações a eventuais ilegalidades no financiamento dos partidos políticos. Isto porque, quer

Rui Rio quer o secretário-geral adjunto do Partido Socialista, João Torres, indicaram que os factos alegadamente sob investigação, que implicam o desvio de dinheiro da Assembleia da República para financiar actividades partidárias, eram uma prática comum em todos os partidos. A Frente Cívica recomendou também que o presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva, fosse ouvido como testemunha no inquérito, já que afirmou ter a certeza de que não havia qualquer apropriação indevida de dinheiro de apoio aos grupos parlamentares pelos partidos políticos.

10- Sanções à Rússia

Reiterando uma preocupação que a Frente Cívica tem manifestado desde o início da guerra da Ucrânia, [escrevemos em Agosto ao primeiro-ministro](#), pedindo-lhe celeridade e mais eficiência na aplicação das sanções decretadas pela União Europeia à Rússia, em retaliação pela invasão ilegal da Ucrânia, que ameaça a segurança de toda a Europa. Segundo notícias públicas, em Portugal apenas se apresaram 25 milhões de euros de activos, em bancos e instituições financeiras nacionais. Entre os indivíduos alvo de sanções da União Europeia, recorde-se, está o cidadão português Roman Abramovich, naturalizado ao abrigo da chamada “lei dos sefarditas”. Esta carta teve resposta no final de Agosto, por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que se limitou a explicar a legislação aplicável à implementação de sanções, sem indicar qualquer intervenção do Estado para garantir a eficácia dessa implementação.

11- Comemorações do 5 de Outubro

Em 2023, as tradicionais Comemorações da Implantação da República, que se realizam habitualmente nos Paços do Concelho de Lisboa, ficaram marcadas pelo facto de as autoridades terem vedado aos cidadãos o acesso à Praça do Município, com medo de protestos. [A Frente Cívica escreveu ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa](#), Carlos Moedas, pedindo explicações para a exclusão do público, que transformou o que devia ser uma festa popular numa evocação aristocrática. “Em 2023, só uma casta que se julga dona da República teve acesso à cerimónia evocativa. O Povo foi erradicado de uma comemoração que a ele e a mais ninguém pertence”.

Recebemos dias depois uma resposta do secretário-geral do Município de Lisboa, Alberto Laplaine Guimarães, indicando que o fecho da Praça do Município fora uma decisão tomada pela polícia, por razões de segurança, sem a intervenção da Câmara Municipal, e que, apesar de se terem afastado os populares, foram audíveis na cerimónia protestos de alguns cidadãos, dirigidos ao primeiro-ministro. “A CML sempre pugnou por iniciativas de porta aberta e com a máxima participação popular possível, mas é difícil o equilíbrio entre o justo direito de manifestação e de participação popular numa data festiva e as pessoas saberem-se comportar, não estragando uma cerimónia oficial, comemorativa de uma data relevante para o País”, concluiu o secretário-geral do município.

12- Banco de Portugal

Em Novembro, na sequência da demissão do Governo, [a Frente Cívica escreveu ao governador do Banco de Portugal](#), apelando a que esclarecesse as circunstâncias em que se tinha disponibilizado para ser indigitado primeiro-ministro, com o apoio do Partido Socialista. A Frente Cívica perguntou especificamente que medidas tinha Mário Centeno tomado para preservar a independência do Banco de Portugal, e se tinha consultado os organismos de ética do BdP ou do Banco Central Europeu antes de discutir uma eventual indigitação para um cargo político. “Parece-nos completamente incompatível com a independência política e partidária exigida de

uma instituição reguladora que o seu Governador esteja, no exercício do cargo, a negociar com um partido político uma putativa indigitação para o cargo de primeiro-ministro”, escrevemos na altura. A carta não teve resposta mas, posteriormente, a Comissão de Ética do Banco de Portugal e o Conselho de Ética do Banco Central Europeu emitiram pareceres defendendo que Mário Centeno não tinha violado os seus deveres de imparcialidade.

13- Minas de Montalegre

Também em Novembro, a Frente Cívica visitou às minas da Borralha, na freguesia de Salto, em Montalegre, onde se encontrou com activistas e moradores locais. O complexo mineiro, explorado para prospecção de volfrâmio ao longo de praticamente todo o séc. XX, foi abandonado nos anos 80 sem que, desde então, tenha sido feita qualquer intervenção de requalificação ambiental. Ainda hoje estão depositadas na zona poeiras tóxicas sem qualquer tratamento que ameçam o ambiente e a saúde das populações. O retomar de trabalhos de prospecção de lítio na região, no âmbito dos contratos que estão sob suspeita na Operação Influencer, levantam de novo receios de novas agressões ambientais, sem que o passivo ecológico deixado ao abandono há décadas seja sequer reparado. A Frente Cívica continuará atenta e em contacto com os activistas locais para explorar formas de chamar a atenção para este tema, crucial para a qualidade de vida das populações afectadas.

Comunicação e sensibilização

1- Eventos públicos

A sensibilização dos cidadãos para as nossas causas continua a ser uma preocupação quotidiana da Frente Cívica. Em 2023, participámos em vários eventos e sessões públicas, em escolas, instituições de ensino ou outros fóruns públicos um pouco por todo o país. Destacamos a sessão pública “Corrupção, o cancro da democracia”, que realizámos em Celorico de Basto, em Novembro, em resposta a um convite do nosso associado Jorge Silva Reis. É um modelo que procuraremos replicar, assim os associados da Frente Cívica queiram desafiar-nos a levar o debate sobre a corrupção e a defesa da democracia às suas cidades.

2- Circuitos da Corrupção

Porque é importante o contacto pessoal com os nossos associados e apoiantes, estreámos os Circuitos da Corrupção. O encontro, que já havíamos realizado pontualmente no passado, foi retomado em Outubro e Novembro de 2023 e consiste num conjunto de visitas guiadas a locais marcados por casos de corrupção, em Lisboa e no Porto. A Frente Cívica pretende manter a dinâmica destes eventos presenciais, que são uma oportunidade para expor algumas das marcas que a corrupção deixa nas nossas ruas, nas nossas cidades.

3- Imprensa

Além dos encontros presenciais e da comunicação directa com os associados, por email, a Frente Cívica faz-se ouvir sobretudo através da comunicação social e das redes sociais. Em 2023, marcámos presença regular na imprensa, quer através da cobertura jornalística às nossas iniciativas, quer através de entrevistas e convites da comunicação social para contribuímos para a análise e discussão da actualidade nacional. Temos marcado presença no debate público, com independência, acutilância e procurando representar a voz dos cidadãos na exigência de instituições democráticas sólidas e capazes na defesa do interesse público.

4- Redes sociais

Nas redes sociais, a Frente Cívica está presente no Facebook, Twitter e Instagram, que usamos para fazer passar a nossa mensagem e promover os nossos eventos. O Facebook, onde temos presença mais antiga, ultrapassou em 2023 a barreira dos 10.500 seguidores, com vários milhares de interações com os cidadãos que acompanham o nosso trabalho. Menos expressivas são as presenças no X (antigo Twitter) e Instagram, mas que têm também conhecido algum crescimento. No X, a Frente Cívica tinha 1860 seguidores no final de 2023, enquanto no Instagram ultrapassámos os 300 seguidores, com um crescimento de perto de 50% do nosso público no segundo semestre do ano.

Contas de 2023

Como é sabido, a Frente Cívica não cobra quotas aos seus associados, nem se candidata ou aceita quaisquer subsídios públicos ou privados. Dependemos unicamente das contribuições voluntárias dos nossos apoiantes. Como tal, nosso trabalho assenta unicamente no voluntarismo dos membros da Frente Cívica e as despesas são limitadas às indispensáveis para o nosso funcionamento, bem como aos custos com a organização de actividades que necessitem de meios técnicos, viagens e estadias para os organizadores ou convidados.

Dado que a Frente Cívica não tem um secretariado ou estrutura de apoio, os nossos custos de funcionamento resumem-se ao site e endereço (domínio) Internet da associação, ao sistema informático de gestão dos associados e da comunicação e, a partir de 2023, ao arrendamento de uma sede em modelo de “sede virtual”, que nos permite ter um endereço postal com, se necessário, acesso a espaço de reuniões. Quanto a despesas com actividades, as Comemorações do Dia Internacional Contra a Corrupção continuam a ser o evento de maior fôlego, inclusive financeiro, para a Frente Cívica, embora no ano de 2023 tenhamos também tido despesas relacionadas com estadias dos membros do Conselho de Direcção, para a participação em eventos públicos como palestras, conferências ou os Circuitos da Corrupção, que organizamos com mais regularidade. As deslocações dos membros do Conselho de Direcção ao serviço da Frente Cívica são asseguradas voluntariamente pelos próprios.

Do lado da receita, o crescimento continuado do número de associados da Frente Cívica reflectiu-se também no aumento dos montantes angariados com donativos (a nossa única fonte de receita) em 2023, por comparação com o ano de 2022, o que contribuiu para os resultados positivos da associação. Esse crescimento, dos €2.202 em donativos em 2022 para os €3.143 em 2023, gerou um saldo positivo de €961,67 que se propõe fique como reserva para o exercício de 2024.

BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

EURO

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		dez/23	
ACTIVO			
Activo Não Corrente			
Activos Fixos Tangíveis		0 €	
		0 €	
Activo Corrente			
Estado e Outros Entes Públicos		0 €	
Diferimentos		0 €	
Outros Ativos Correntes		0 €	
Caixa e Depósitos Bancários		3 043,29 €	
		3 043,29 €	
Total do Activo		3 043,29 €	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital Realizado		0 €	
Resultados Transitados		210,30 €	
		210,30€	
Resultado Líquido do Período		961,67 €	
Total do Capital Próprio		1 171,97€	
Passivo			
Passivo Corrente			
Fornecedores		0 €	
Estado e Outros Entes Públicos		0 €	
Outros Passivos Correntes		1 871,32 €	
		€	
Total do Passivo		1 871,32 €	
Total do Capital Próprio e Passivo		3 043,29 €	

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		dez/23	
Vendas e Serviços Prestados		0€	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0€	
Fornecimentos e serviços externos		-2181,33€	
Gastos com o pessoal		0 €	
Outros rendimentos e ganhos		3143,00€	
Outros gastos e perdas		0€	
Resultado antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos		961,67€	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0 €	
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		961,67€	
Gasto líquido de financiamento		0,00 €	
Resultados antes de impostos		961,67€	
Imposto sobre o rendimento do período		0,00 €	
Resultado líquido do período		961,67€	